

# A AGÊNCIA DO PORTO DA LIGA DOS COMBATENTES DA GRANDE GUERRA: GÊNESE E ENQUADRAMENTO

ISILDA BRAGA DA COSTA MONTEIRO\*  
MARIA DA CONCEIÇÃO MEIRELES PEREIRA\*\*

O presente trabalho insere-se numa investigação em curso sobre a agência do Porto da Liga dos Combatentes da Grande Guerra (LCGG), cujo acervo documental nos foi facultado pela actual direcção da, hoje designada, Liga dos Combatentes, facto que desde já agradecemos.

Este objecto de estudo colocou-se com grande pertinência por duas ordens de razões: por se tratar da segunda maior agência do país (em número de sócios, receitas, ajudas pecuniárias atribuídas, etc.) e pela quase inexistência de trabalhos sobre a Liga de Combatentes da Grande Guerra<sup>1</sup> e seus numerosos núcleos, que, ao presente, como a página Web da Liga dos Combatentes revela, atingem a cifra de 101, localizando-se 9 deles no estrangeiro<sup>2</sup>. Mas esta evolução não foi de forma alguma linear, e, sobretudo, encerra muitas zonas de penumbra.

Impõe-se como estudo fundamental neste domínio a tese de doutoramento de Sílvia Correia, *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933. Entre a experiência e o mito*, que dedicou o seu quarto capítulo ao tema «O movimento associativo: organização e reacção», no qual as origens da Liga em Lisboa lhe mere-

---

\* ESEPF – CEPESE, isildamonteiro@esepf.pt

\*\* FLUP – CEPESE, mcoelho@letras.up.pt

<sup>1</sup> Com excepção de Sílvia Correia que, desde há alguns anos, tem vindo a desenvolver investigação sobre a memória da Grande Guerra em Portugal, analisando, entre outros aspectos, o papel do movimento associativo combatente, a Liga dos Combatentes da Grande Guerra apenas tem sido abordada, na historiografia recente, de forma pontual: MENESES, 2006; SOUSA, 2008; MENESES, 2012; MARTELO, 2013; GOMES, 2013; BORGES, 2013; LEAL, 2013.

<sup>2</sup> *Liga dos Combatentes*. Disponível em <<http://www.ligacombatentes.org.pt/nucleos>>. [Consulta realizada em 8/10/2014].

ceram particular atenção. Assumindo-se este estudo como uma «análise de centro»<sup>3</sup>, foi deixada de fora a polifacetada dimensão regional. Assim, o estudo dos núcleos e evolução dos seus sócios está por fazer pelo que todos os contributos sectoriais se afiguram pertinentes e relevantes para a compreensão global do organismo.

Contudo, o estudo do movimento combatente e da génese e evolução da Liga dos Combatentes confronta-se com numerosos obstáculos materiais, como bem realça Sílvia Correia:

A limitação das fontes coloca restrições. O trabalho é dificultado pela ausência de material de arquivo que permita estabelecer uma «leitura directa» da realidade do movimento combatente, uma vez que não só se deu a perda do arquivo da LCGG (anos 60) como os arquivos dos ministérios da república, além de desestruturados, possuem pouca ou nenhuma informação sobre esta realidade. Resta a informação concedida pelas publicações oficiais parlamentares e legislativas, imprensa; relatórios de actividades; alguma correspondência e algum aproveitamento que se possa efectuar de fontes, cujo conjunto documental é bem maior para o período posterior a 1931<sup>4</sup>.

Se este é o panorama a nível central, compreensivelmente agrava-se a nível regional, como fica bem patente pela simples consulta da página Web da Liga dos Combatentes, no que concerne à informação histórica atinente aos núcleos mais antigos, que recorrentemente mencionam a inexistência de fontes relativas aos primeiros tempos das suas associações.

Qual é, neste campo, a situação do arquivo da Liga dos Combatentes no Porto? Antes de mais, a sua organização não observa os pressupostos e critérios de um arquivo histórico, antes os parâmetros funcionais da administração de um organismo em actividade. Não obstante possuir documentação variada, muita da considerada relevante está dada como desaparecida – desta situação constituem exemplo cabal as atas das reuniões de direcção, indubitavelmente importantes para o estudo da associação, mas que só se encontram disponíveis a partir de 1938. Por sua vez, os processos dos sócios foram remetidos para Lisboa, enquanto documentos não identificados permanecem armazenadas no sótão. Já o grande ficheiro com mais de cinco milhares de fichas individuais dos associados – pese embora revele situações de difícil compreensão decorrentes das sucessivas renumerações dos sócios nelas registadas, efetuadas desde a fundação até hoje, e a grande maioria delas apresentar um preenchimento parcelar – constitui uma longa série documental de inquestionável relevância, e por esse motivo, o levantamento desta informação tem constituído a nossa tarefa prioritária.

---

<sup>3</sup> CORREIA, 2010: 155.

<sup>4</sup> CORREIA, 2010: 141.

Todavia, para além das arquivísticas, devem ser realçadas fontes de outra natureza. Desde logo a imprensa periódica, já que os jornais portuenses seguiram com atenção e divulgaram com detalhe as actividades da agência da Liga na cidade (à semelhança do que fez *O Comércio do Porto* relativamente às acções desenvolvidas pela Junta Patriótica do Norte) – e esta constitui um imenso manancial de informação a explorar. Complementarmente, os relatórios de gerência redigidos pelos órgãos centrais da Liga dos Combatentes são publicações de inegável importância e fiabilidade, pela informação que incluem relativamente ao funcionamento da agência do Porto.

Na primeira fase desta pesquisa em curso, as problemáticas que norteiam a nossa investigação prendem-se essencialmente com a determinação da génese da Agência do Porto e seu enquadramento na LCGG, bem como a crítica hermenêutica das referidas fichas individuais, à luz da restante documentação e inclusive dos Estatutos da Liga, labor que deve acompanhar todo o trabalho de recolha empírica.

Numa etapa posterior, proceder-se-á à elaboração do perfil sociológico-geográfico dos associados e ao estudo prosopográfico de alguns destes veteranos de guerra (civis, militares e eclesiásticos), identificando as sucessivas direcções da agência do Porto e analisando a sua atuação, quer a nível nacional, no âmbito da Liga dos Combatentes, quer na sociedade local.

Como é consabido, as tímidas e hesitantes medidas dos governos republicanos estiveram longe de oferecer aos combatentes regressados o acolhimento solidário necessário. Ao contrário do que aconteceu noutros países, em Portugal não foi claramente estabelecida a definição legal de «combatente», nem concertada pelos poderes públicos a categorização da «vítima de guerra» pelo que esta se dispersou pelos antigos combatentes, muitos deles inválidos e tuberculosos (com negligência quase absoluta das doenças mentais), seus dependentes (viúvas, mães, órfãos e, mais esporadicamente, outros familiares), que foram integrando diversas associações e beneficiando de apoios estatais, parcos, atrasados, burocráticos e, sobretudo, não extensíveis a esse enorme universo de milhares vítimas da guerra. As instituições hospitalares e assistenciais não eram suficientes, as suas condições exíguas. O auxílio prestado repartiu-se por várias tutelas ministeriais com prejuízo da eficácia dos esforços despendidos. Este panorama de miséria e sofrimento era, as mais das vezes, agravado pela situação de desemprego que se abateu sobre numerosos soldados regressados.

A organização do movimento associativo combatente de apoio às vítimas da guerra foi razoavelmente tardia em Portugal, e de mais difícil implantação, quando comparado com o que ocorreu noutros países beligerantes. As razões para esse facto são apontadas no primeiro relatório de gerência da Liga relativo aos anos de 1823 a 1828, publicado em 1929. Aí é mencionada, muito claramente, a clivagem provocada na sociedade portuguesa com a entrada de Portugal no conflito mundial,

o divórcio entre os homens que fizeram a Guerra e aquela parte da Nação que os vira partir sem entusiasmo, que os recebera, no regresso, quási com desdém, e que os lastimava em vez de os admirar (...). Não se percebiam, não se estimavam, quási se desconheciam<sup>5</sup>.

Por outro lado, a conjuntura interna do país não era de molde a compreender

o esforço raro desses homens, que conseguiram, à custa dum trabalho improbo e de sacrifícios materiais e morais apreciáveis, lançar os fundamentos duma vasta obra associativa numa terra que se desagrega, batida pelo temporal das paixões sem limite<sup>6</sup>.

Com efeito, persistia a desconfiança «das regiões do poder» – então nas mãos dos republicanos – relativamente aos intentos da associação, receosos que a instituição encobrisse desígnios políticos, pelo que o mencionado relatório referia explicitamente:

parecia-lhes ver entre a sua constituição [da LCGG] e a organização das hostes fascistas um parentesco que os preocupava, e algumas medidas foram tomadas com o intuito de contrariar a sua formação<sup>7</sup>.

Apesar de tal ligação não ser inverosímil, mesmo que com radicação minoritária, numa época de grande efervescência ideológica e consabido crescendo do apreço pelas doutrinas de pendor autoritário, os responsáveis da LCGG rejeitaram-na sistematicamente, sublinhando o carácter apartidário da Associação, aberta a todos os combatentes independentemente das suas ideologias políticas ou credos religiosos. Prova disso era, no seu entender, a inclusão nos órgãos directivos nacionais – Junta Central e Direcção Central –, bem como nas direcções dos núcleos espalhados pelo país, de

camaradas vindos dos mais variados sectores, mas que, perante o bem da obra comum, abatiam bandeiras e sabiam servir sem a menor contrariedade, é que dentro da Liga, podemos afirmá-lo, nunca se fez política partidária, e só a defesa dos sagrados direitos dos combatentes nos unia, só, e unicamente, os nossos esforços eram conjugados num fim: honrar a memória dos nossos mortos e amparar na indigência os vivos<sup>8</sup>.

Assim, a par das várias associações que existiam em vários pontos do país, foram sendo empreendidas as primeiras diligências, entre 1919 e 1921, no sentido de criar um organismo com peso e representação nacional. Contudo, só dois anos depois, em 16 de Outubro de 1923, numa reunião em Lisboa, terá sido possível o arranque do movimento. Foi constituída a direcção da «Liga dos Combatentes da Grande

<sup>5</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 22-23.

<sup>6</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 10.

<sup>7</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 29.

<sup>8</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1934: 7.

Guerra», génese da actual Liga dos Combatentes, que, como se sabe, veria renovada e aumentada a sua função com a inclusão de sócios ligados à guerra colonial, quatro décadas depois.

Sem surpresas, a agência de Lisboa colocou-se no coração da formação da Liga dos Combatentes da Grande Guerra. A cerimónia solene de inauguração da primeira sede oficial da Liga realizou-se em 23 de Fevereiro de 1924. Significativo para o seu reconhecimento oficial, foi a publicação no *Diário do Governo*, em 29 de Janeiro desse ano, e na *Ordem do Exército*<sup>9</sup>, dos Estatutos da Liga, que definiam os seus objetivos, organização e enquadramento dos núcleos regionais, entretanto já constituídos.

A LCGG foi pois um organismo agregador e homogeneizador de estruturas pré-existentes, pelo que a sua evolução em muitos pontos do país, não está ainda cabalmente esclarecida. Com o regime ditatorial, tornou-se evidente, a intenção do Estado em controlar a Liga, interessando-lhe, entre outros aspectos, reforçar o carácter centralista deste organismo que, no início dos anos 1930, incorporou formações de rememoração da Grande Guerra ou de apoio às suas vítimas, como a Junta Patriótica do Norte, a Cruzada das Mulheres Portuguesas e a Comissão dos Padrões da Grande Guerra.

Os Estatutos publicados em 29 de Janeiro de 1924 dotaram a Liga de um instrumento funcional indispensável e estiveram em vigor, com pequenos ajustamentos, longo tempo. Deles ressalta, por um lado, a centralização da sua organização administrativa, protagonizada pelos dois órgãos principais, sediados em Lisboa: o núcleo central director – dirigido pela junta central – e a direcção, também central. Todavia, e por outro lado, constata-se a existência de uma estrutura hierarquizada mas com alguma autonomia assente nos vários núcleos dispersos pelo país, no continente e no ultramar, bem como no estrangeiro: as agências gerais (categoria que, a breve trecho, caiu em desuso); as agências (situadas nas capitais de distrito); as subagências (instituídas nas cidades que não fossem capitais de distrito e nas capitais de distrito das províncias ultramarinas) e, finalmente, as delegações localizadas nas sedes de concelho que não tivessem o estatuto de cidade. Os Estatutos publicados em 1924 não referem a existência de subdelegações, que, contudo, começaram a ser criadas logo em 1925, uma em França (Neuve Chapelle) e outra na Índia portuguesa (Nova Goa), mas depois também em território continental.

Relativamente a estes núcleos, muitos já constituídos antes da formalização oficial da Liga dos Combatentes, devido ao problema de escassez e heterogeneidade de fontes históricas atrás referidos, bem como à discrepância de conceitos, é difícil precisar, no âmbito da associação nacional, a sua importância, bem como, em muitos casos, a data, processo de fundação e evolução dos seus efectivos.

---

<sup>9</sup> *Ordem do Exército*, 1.ª série, n.º 1, 30.1.1924.

Ao longo dos primeiros anos, dependendo das circunstâncias internas da Liga, bem como da actividade desenvolvida e do número de associados inscritos, as sucessivas direcções centrais da Liga dos Combatentes promoveram o encerramento de alguns núcleos e a abertura de outros, tratando-se em vários casos de deslocalizações dentro da mesma circunscrição administrativa<sup>10</sup>, mas valorizando sempre o papel essencial que desempenhavam, ao nível local, em prol dos antigos combatentes.

Como se constata pela consulta do site da Liga dos Combatentes, a informação histórica relativa aos seus núcleos é de natureza muito diversificada; ora é inexistente (indicando por vezes que se encontra em construção), ora insiste na inexistência de documentação considerada fundamental ou na sua complexa interpretação (como, por exemplo, a existência de várias atas n.º 1 com diferentes datas), ora ainda, em situações menos frequentes, disponibiliza um razoável volume de dados. No tocante às datas de fundação, assumem-se diferentes critérios: a data da criação da Liga em Lisboa; a primeira reunião da comissão instaladora; a reunião de eleição da primeira direcção; o documento mais antigo, etc. Em casos excepcionais, como o de Pinhel, explica-se que ainda a comissão organizadora da Liga dos Combatentes desenvolvia em Lisboa os procedimentos necessários à sua legalização, já a associação de Pinhel iniciava funções, com uma direcção legalmente constituída, datando a sua acta fundacional de 1 de Dezembro de 1922, correspondente à eleição dos membros da direcção da «primeira subagência do país da Liga dos Combatentes»<sup>11</sup>.

A determinação da data de fundação da própria Agência do Porto carece de estudos mais aturados. Prevalece a informação – não se sabe exactamente irradiada de onde – de que a sua criação se deu em 26 de Fevereiro de 1925, por iniciativa do Dr. Alfredo Barata da Rocha, seu primeiro presidente da direcção. Mas como atrás se referiu, desconhece-se o paradeiro das actas desta época. Certo é que o *Relatório das Gerências de 1923 a 1928* inclui a agência do Porto no grupo dos núcleos formados entre Outubro de 1923 e Junho de 1925<sup>12</sup>, podendo, portanto, remeter para a data da fundação da Liga dos Combatentes mas não excluindo a que é apresentada oficialmente.

No entanto, a data mais antiga encontrada nas fichas de inscrição dos sócios nesta agência do Porto é 1 de Janeiro de 1924, sendo frequentes as adesões ao longo dos restantes meses desse ano. Como interpretar estas datas de inscrição? Referem-se à formação do grupo portuense antes da sua oficialização como agência? A agência já existia então? Ou remetem para a inscrição na Liga que nos seus primórdios, como

<sup>10</sup> Por exemplo, em 4 de Setembro de 1929 foi fundado o núcleo de Alverca do Ribatejo, que em 1932 se transferiu para Vila Franca de Xira.

<sup>11</sup> *Liga dos Combatentes*. Disponível em < <http://www.ligacombatentes.org.pt/nucleos/mais/71>>.

<sup>12</sup> *Liga dos Combatentes da Grande Guerra*, 1929: 28.

atrás se referiu, se confundia com a própria agência de Lisboa, criada na reunião de Outubro de 1923?

Embora possa ser difícil aceitar que a agência da segunda maior cidade do país, de onde eram naturais e para onde voltaram muitos dos combatentes da Grande Guerra, não se encontrasse entre os setenta e cinco núcleos – mais exactamente, catorze agências, oito subagências e cinquenta e três delegações – cujas direcções foram empossadas naquela reunião de 16 de Outubro de 1923, é necessário prosseguir a pesquisa para obter dados mais seguros.

Na linha do que atrás referimos, no ano de 1925, em nome da lógica da utilidade e da funcionalidade, foram extintas quase quatro dezenas de núcleos regionais, sendo alguns deles reactivados mais tarde, e criadas novas delegações e subdelegações. Aliás, a reordenação da cobertura nacional, bem como de núcleos no estrangeiro (França) e nas colónias vai ocorrer até inícios da década de 1930<sup>13</sup>.

A Associação estava então em grande crescimento. Dos 1798 sócios contabilizados em 1924, passou-se, cinco anos depois, em 1929, para 21 904, dos quais 20 000 eram sócios combatentes, distribuídos por vinte e cinco agências, treze subagências e sessenta delegações<sup>14</sup>. Em 1935, esse número passou pela primeira vez os 30 000 (30 943) sócios para atingir, dois anos mais tarde, em 1937, os 32 973<sup>15</sup>.

Pelo número de associados e pela presença efectiva da associação no território nacional, através da existência de uma estrutura hierarquizada, com núcleos abertos um pouco por todo o país (continente e colónias), a Liga dos Combatentes da Grande Guerra assumiu-se rapidamente como a maior associação portuguesa da época, reforçada pelo forte espírito de corpo dos seus associados, construído na vivência da guerra nas terras de África ou nas trincheiras da Flandres. Aspectos que, no conjunto, tornavam a Liga incómoda, no entender dos seus dirigentes nacionais:

Em Portugal, o combatente não é admirado, nem querido, nem acarinhado. Em Portugal o combatente não se sente envolvido por um ambiente de respeito e de ternura. Não em Portugal o combatente é simplesmente um pobre diabo com quem ninguém se importa, um mísero João Ninguém que cometeu a patetice de se deixar levar para a guerra. Ao princípio inspirava apenas lástima. Mas depois que ele, consciente do seu valor, começou a exigir um pouco do muito a que tem direito, passaram a classificá-lo de praga insuportável<sup>16</sup>.

Por outro lado, a dimensão internacional da Liga dos Combatentes da Grande Guerra, representada institucionalmente no estrangeiro, em núcleos próprios –

---

<sup>13</sup> CORREIA, 2010: 150.

<sup>14</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1931: 214-215.

<sup>15</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1938: 159.

<sup>16</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1931: 15.

designadamente em França, Inglaterra e Brasil – e o facto de integrar, desde 1927, a *Fédération Interallié des Anciens Combattants* (FIDAC), com sede em Paris, poderia constituir para Portugal uma mais-valia que os dirigentes da Liga procuraram desde muito cedo evidenciar nos seus relatórios. Na sua perspectiva, a presença da Liga além-fronteiras permitiria levar mais longe o nome do país e a defesa dos seus interesses, nomeadamente comerciais, evitando que o «nome de Portugal passe a ocupar na memória das grandes potências aquele lugar reservado aos povos vagos e distantes, vala-comum de todas as ideias imprecisas e das noções geográficas sem interesse»<sup>17</sup>. Uma razão mais para que a LCGG fosse reconhecida e acarinhada pelo poder político e pelos portugueses.

No distrito do Porto encontravam-se em funções, em 1929, cinco núcleos da Liga dos Combatentes da Grande Guerra – a agência do Porto, a subagência de Penafiel e as delegações de Gondomar, Marco de Canaveses e Póvoa do Varzim<sup>18</sup>. As delegações de Felgueiras, Lousada, Matosinhos, Paços de Ferreira e Vila Nova de Gaia, por não terem as condições consideradas necessárias para o seu funcionamento, foram eliminadas pela Direcção Central da Liga alguns anos antes, em 1925, o mesmo acontecendo à de Santo Tirso, entretanto criada<sup>19</sup>.

Em 1929, a agência do Porto tinha 2238 sócios combatentes, 177 sócios extraordinários e dois sócios beneméritos, ou seja, 11% do total de associados da Liga que registava então 2417<sup>20</sup>. Em 1937, o número não era significativamente diferente relativamente aos sócios combatentes e extraordinários – 2996 e 310, respetivamente. O aumento verificou-se, sobretudo, nos sócios honorários que, neste ano, se contabilizavam já em 128<sup>21</sup>. No ano referido, o total de 3447 associados da agência do Porto corresponde a 10,5% da soma nacional, posicionando-se, depois da agência de Lisboa, com 11 152 associados, como o segundo maior núcleo da Liga.

Aliás, em matéria de data de adesão de veteranos combatentes da I Guerra Mundial existem situações curiosas como aqueles que optaram por se inscrever na agência do Porto em idade bem avançada, nas décadas de 1950, 1960 e até 1970 – sendo o caso mais tardio até agora encontrado o da inscrição em 1973 de um combatente da Grande Guerra, que tinha então 77 anos.

Segundo disposições estatutariamente consignadas, os sócios indicavam o valor das suas quotas – certamente consoante o que pudessem ou quisessem pagar – e assim aconteceu em todos os núcleos, sem prejuízo de poderem, em qualquer

<sup>17</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 116.

<sup>18</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 254.

<sup>19</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 55.

<sup>20</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1931: 180.

<sup>21</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1938: 157.



altura, aumentar o valor das mesmas. Certo é que os problemas financeiros, muito recorrentes até 1928 mas longe de se dissiparem nos anos subsequentes, tiveram de ser colmatados por outras fontes de receita – umas de carácter permanente, como a percentagem acordada pela Direcção Central com a Companhia Lusitana dos Fósforos na venda dos «Fósforos Combatentes» (5%) – outras de índole periódica ou sazonal, revestindo a forma de peditórios, como a Venda do Capacete, iniciada em 1932, e o Natal do Combatente, também dos inícios da década de 1930<sup>22</sup>.

Por sua vez, o imposto das ressalvas militares, criado em 1927 (decreto n.º 13 670), que consistia na oposição obrigatória de um selo da Liga dos Combatentes no valor de 10\$00 em todas as ressalvas militares – documento que formalizava para cada mancebo a isenção do serviço militar – veio trazer à associação um significativo desafogo financeiro<sup>23</sup> e permitiu-lhe responder de forma mais satisfatória aos petiçãoários que todos os dias enchiam as salas da Liga, «gente que trazia estampada no rosto terroso e descarnado a guerra adunca da miséria»<sup>24</sup>. O lançamento deste imposto resultou de uma proposta da Liga e, no seu entender, não constituía um grande favor à Associação, já que, pela sua acção, esta «transformava-se num precioso elemento de coadjuvação dos dirigentes da Nação, procurando solução para casos difíceis, substituindo-se a eles, muitas vezes, nos socorros que prestava»<sup>25</sup>.

Além dos subsídios (pagos de uma só vez) e pensões (pagas mensalmente) a desempregados, doentes, viúvas e órfãos, do apoio financeiro para a realização dos funerais de combatentes, da doação de vestuário, calçado, cobertores e bodos de Natal, a assistência aos combatentes em situação difícil alargava-se através de outras iniciativas. Numa época marcada pela crise económica e financeira, a colocação de desempregados revestia-se de especial importância, obrigando os dirigentes da Associação a diligências constantes junto de organismos do Estado, militares e civis, ou particulares.

A Liga promovia, ainda, o internamento dos associados doentes nos hospitais; na capital, o Instituto Oftalmológico ou o Hospital de S. José, enquanto no Porto eram conduzidos para o Hospital de Santo António e para o Hospital do Conde de Ferreira, sendo ainda frequente o recurso ao internamento, mais ou menos prolongado, no Asilo dos Inválidos Militares de Runa (Torres Vedras), que recebia veteranos de todo o país.

O resgate de penhores ou a mediação em caso de falta de pagamento de impostos era outra forma de prestar apoio aos associados que viam na Liga e nos seus dirigentes a sua única tábua de salvação. No âmbito do apoio às famílias dos combatentes,

---

<sup>22</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra: 1934: 20-21.

<sup>23</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra: 1929: 137.

<sup>24</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra: 1929: 93.

<sup>25</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra: 1929: 82.

sobretudo aos órfãos que a guerra continuava a fazer pelas consequências negativas na saúde dos antigos combatentes, a Liga organizou colónias balneares e promoveu o acesso ao ensino, criando escolas ou fornecendo as condições para que algumas crianças frequentassem as que já existiam.

Num outro patamar de actuação, que implicava grande capacidade de negociação e de movimentação nos espaços do poder, o patrocínio das pretensões dos combatentes assumiu-se desde a fundação da Liga como uma das suas principais missões, dando voz, junto do governantes e da opinião pública, das inquietações e das necessidades dos associados. É aqui que se inscreve a constante reivindicação de direitos e regalias para os antigos combatentes: uns conquistados, outros não.

Entre as que se pautaram como iniciativas de sucesso, refira-se, em 1926, a possibilidade de os oficiais e praças combatentes poderem gozar até 31 de Março desse ano, as licenças de campanha que, por várias razões, não haviam gozado no tempo regulamentar<sup>26</sup>, bem como, ainda nesse mesmo ano, o direito da Liga a requisitar ao exército o armão e respetivo pessoal para condução e acompanhamento dos funerais de combatentes<sup>27</sup>, já que

a forma verdadeiramente vergonhosa como muitos dos antigos combatentes baixavam à sepultura, vinha chamando as atenções da Liga. Homens sem recursos, a maior parte deles, tendo levado uma vida miserável e de privações, davam entrada no campo da morte da mesma forma como tinham vivido, abandonados e esquecidos, caixão transportado em pobre carreta de aluguer, que não levava sequer, atrás de si, o acompanhamento mercenário de quatro gatos-pingados. A Liga entendeu que um homem que estivera na guerra não podia ser deitado à cova como um mísero cão leproso, e resolveu expor o facto às instâncias oficiais<sup>28</sup>.

Menos bem-sucedida foi, no entanto, a acção desenvolvida, nos anos de 1925 e 1926, junto do governo contra as limitações colocadas ao decreto n.º 7823, de 1921, que determinava a preferência legal dos combatentes – oficiais milicianos e praças de pré – na admissão dos empregos públicos (decretos n.º 11 211, de 1925, e n.º 15 502, de 1928). Apesar dos protestos generalizados e da ação da Liga, «o governo mostrou-se surdo aos rogos de vinte mil bocas e o decreto que lhes tirava a única compensação do seu sacrifício continuou em pleno vigor, intangível como uma divindade»<sup>29</sup>.

Tal como referimos atrás, a agência do Porto, pelo número de associados, distinguuiu-se desde os seus primórdios como o segundo núcleo da Liga dos Combatentes

<sup>26</sup> *Ordem do Exército*, n.º 16, 1.ª série, 1926.

<sup>27</sup> *Ordem do Exército*, n.º 15, 1.ª série, 29.I. 1926.

<sup>28</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 59.

<sup>29</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 135.

da Grande Guerra, logo depois da que se encontrava sediada em Lisboa, bem como pela capacidade de iniciativa, nomeadamente aquando das comemorações do dia do armistício e de La Lys. Este é, aliás, um facto frequentemente ressaltado nos relatórios da Direcção Central da Associação publicados até 1937.

Não será, por isso, de estranhar que entre os dois primeiros pequenos relatórios enviados pelos núcleos da Liga à Direcção Central, em Lisboa, encontremos o da agência do Porto (o segundo é da responsabilidade da subagência de Elvas), elaborado para os anos de 1928-1929, e publicado em anexo ao relatório de gerência desse mesmo ano. Assinado pelo presidente da direcção cessante, o major Agostinho Pires de Moraes, da qual faziam parte também o capitão António Duarte Carrilho, tesoureiro, e o tenente Carlos Adriano da Fonseca, secretário, nele se dá conta não só das actividades promovidas durante o respectivo mandato, como das vicissitudes que marcaram os primeiros anos de existência da agência. Entre as primeiras, dá-se especial relevo à publicação do *Número Único 9 de Abril*<sup>30</sup>, à realização das festas da imposição das insígnias da Cruz de Guerra no estandarte da agência do Porto, que «marcaram nesta cidade e proporcionaram um dia de prazer aos nossos consócios e famílias nos jardins do Palácio de Cristal». Ao nível interno, refere-se a organização da tesouraria, que permitiu um melhor e mais eficiente acompanhamento do movimento de caixa, o «guarnecer» com papel, pinturas e candeeiros oferecidos o gabinete da direcção «onde hoje se pode receber qualquer pessoa de representação»<sup>31</sup>, o alargamento do horário da secretaria das 10 às 12 horas e das 14 às 19 horas, em todos os dias úteis. Ressaltando, ainda, que «nenhum associado recorreu em vão a esta Agência» durante o período referido, é expressamente referido que «aos impossibilitados e viúvas deu-se-lhes pensões; aos desempregados pensões e subsídios consoante as suas necessidades»<sup>32</sup>, tendo-se conseguido, ainda, empregar vinte e seis sócios, e, com o apoio das respectivas corporações administrativas, internar sete órfãos na Casa dos Filhos dos Soldados e na Escola Maternal Infantil de Vairão.

O conteúdo deste primeiro relatório permite-nos perceber, ainda, que, até 1928, a gestão da agência do Porto deparou-se com vários problemas, sobretudo decorrentes da existência de funcionários pouco zelosos, também eles antigos combatentes, que aproveitaram a ausência de uma supervisão eficaz da direcção para se apropriarem de dinheiros e bens pertencentes à Liga. Uma situação que obrigou, em 1928, à contratação de novos empregados e a um controle mais rigoroso do dinheiro entrado na tesouraria, sobretudo resultante do pagamento das cotas dos associados.

<sup>30</sup> *Revista 9 de Abril: 1918-1929... Porto.*

<sup>31</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 179.

<sup>32</sup> Liga dos Combatentes da Grande Guerra, 1929: 180.

Os Estatutos publicados em 1924 previam três tipos de sócios: ordinários, extraordinários e de honra. Os primeiros são identificados nas fichas individuais dos sócios da agência do Porto como «combatentes», mas além dos extraordinários – filhos varões órfãos dos combatentes da Grande Guerra, bem como suas viúvas – verificam-se ainda mais duas categorias – a de benemérito e a de auxiliar –, inicialmente não existentes.

Na verdade, o ficheiro onde se encontram, alfabeticamente ordenadas (geralmente) pelo último apelido as fichas individuais dos associados da agência do Porto, pese embora o facto de nem sempre se apresentarem completamente preenchidas – isto é, fornecendo arbitrariamente algum tipo de informação e omitindo outro – permitem reunir um volume considerável de dados fundamentais aos objectivos da pesquisa.

Assim, e desde logo, temos acesso à identificação do sócio – nome, naturalidade, residência, datas de nascimento e morte, filiação e profissão.

Concomitantemente, são indicados os principais momentos do percurso militar do combatente no quadro da Grande Guerra – teatro(s) de operações onde esteve, a(s) unidade(s) militare(s) onde prestou serviço, data(s) de embarque e desembarque, condecorações recebidas e, mais raramente, o posto militar.

Finalmente, também o percurso como sócio da Liga dos Combatentes pode ser traçado a partir desta fonte através da referência às datas de inscrição e reinscrição (ou reinscrições), de demissão ou eliminação, de transferência para outros núcleos da Liga (por vezes, o motivo subjacente às transferências), das expulsões. Nalguns casos é, ainda, possível, conhecer os apoios recebidos (subsídios, pensões e géneros, se bem que, lamentavelmente, com poucas referências neste campo).

O levantamento informático e subsequente tratamento dos referidos dados empíricos permitirá perceber quem são os sócios inscritos desde 1924 na agência do Porto da Liga dos Combatentes, um universo interclassista – haja em vista o leque socioprofissional detectado – em que predominam, todavia, os militares e os funcionários públicos, bem como homens ligados à agricultura, pequena indústria e comércio, sendo ainda possível vislumbrar relações familiares (nomeadamente irmãos), situações de invalidez e doença e respectivos tratamentos, entre outros aspectos, com vista a uma melhor compreensão do contingente militar oriundo do norte do país, e que por ele lutou em África, na França e no mar e da sua situação no pós-guerra.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivo da Liga dos Combatentes do Porto – *Fichas individuais dos associados*.

BORGES, João Vieira (2013) – Portugal depois da Guerra: A questão militar. In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos (coord.) – *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Edição especial. Vila do Conde: Verso da História, p. 542-549.

CORREIA, Sílvia (2010a) – *Políticas da Memória da I Guerra Mundial em Portugal 1918-1933. Entre a experiência e o mito*. Lisboa: FSCH-UNL. Tese de doutoramento.

- CORREIA, Sílvia (2010b) – A memória da guerra. In ROSAS, Fernando; ROLLO, Maria Fernanda (coord.) – *História da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Tinta-da-China, p. 349-379.
- CORREIA, Sílvia (2011) – A Junta Patriótica do Norte: um projecto republicano de rememoração da I Guerra Mundial em Portugal. «CEM – Cultura Espaço & Memória», n.º 2. Porto: CITCEM, p. 33-50.
- GOMES, Nuno Santa Clara (2013) – Mutilados a face incómoda da guerra. In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos (coord.) – *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Edição especial. Vila do Conde: Verso da História, p. 516-519.
- LEAL, Ernesto Castro (2013) – Memória, literatura e ideologia: saudade, heroísmo e morte. In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos (coord.) – *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Edição especial. Vila do Conde: Verso da História, p. 559-567.
- Liga dos Combatentes*. Disponível em <<http://www.ligacombatentes.org.pt/nucleos>>. [Consulta realizada em 8/10/2014].
- Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1929) – *Relatório das Gerências de 1923 a 1928*. Lisboa: Imprensa da Armada.
- Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1931) – *Relatório da Gerência de 1928 a 1929*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1934) – *Relatório da Gerência de 1931-1934*. Lisboa: Tipografia da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1933) – *Relatório e Contas da Gerência da Direcção no ano económico de 1932-1933*. Agência de Lisboa. Lisboa: LCGG.
- Liga dos Combatentes da Grande Guerra (1937) – *Relatório e Contas da Gerência da Direcção no ano económico de 1936*. Agência de Lisboa. Lisboa: LCGG.
- MARTELO, David (2013) – Regresso das Frentes de Combate. In AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos (coord.) – *Portugal e a Grande Guerra: 1914-1918*, Edição especial. Vila do Conde: Verso da História, p. 507-510.
- MENESES, Filipe Ribeiro de (2006) – A Comemoração da Grande Guerra em Portugal, 1919-1926. «Revista Portuguesa de História», vol. 38, p. 109-133.
- MENESES, Filipe Ribeiro (2012) – Os Limites do Salazarismo: o exército e as comemorações da Primeira Guerra Mundial, 1936-1945. In MARTINS, Fernando (ed.) – *A formação e a consolidação política do salazarismo e do franquismo: As décadas de 1930 e 1940*. Lisboa: Colibri, p. 137-153.
- Ordem do Exército*, 1.ª série, 1924 e 1926.
- Revista 9 de Abril: 1918-1929. Marechal Foch. Homenagem da Liga dos Combatentes da GG*. Número único comemorativo da batalha de La Lys. Porto.
- SOUSA, Jorge Pais de (2008) – *Guerra e Nacionalismo: na República e no Estado Novo, entre a Democracia e a Ditadura (1914-1939)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tese de doutoramento.

